



## **A GREVE DE JOGADORES DE FUTEBOL PROFISSIONAL NO URUGUAI: JORNAL EL PAÍS (1948 – 1949)**

Thiago Santini Breda<sup>1</sup>

**Resumo:** No ano de 1948 o futebol uruguaio vivenciava uma grave crise. Os jogadores, recém profissionalizados (1932), não tinham acesso aos mesmos direitos trabalhistas - conquistados principalmente durante os governos batllistas das primeiras décadas do século XX – que as outras categorias de trabalhadores dispunham. Decididos a conquistar direitos, criaram no ano de 1946 a MUTUAL Uruguaya de Futbolistas Profesionales, primeira entidade representativa de atletas do futebol criada naquele país, funcionando em um modelo muito semelhante ao sindical. Tal entidade organizou no ano de 1948 uma greve de jogadores, paralisando os campeonatos locais por longos 8 meses. Os jogadores reivindicando - entre outras demandas - uma mudança no regime de contratações, reconhecimento sindical e salário mínimo. A greve gerou um impacto importante na sociedade e na política uruguaia já que o futebol é um elemento de destaque naquele país, bem como em toda a América do Sul. O presente trabalho busca analisar, através das páginas esportivas do jornal El País (principal periódico do país), o conflito entre jogadores e dirigentes, bem como sua cobertura pela imprensa e opinião pública e as consequências geradas.

**Palavras-chave:** Futebol, Uruguai, Greve.

## **THE PROFESSIONAL FOOTBALL PLAYER STRIKE IN URUGUAY: JORNAL EL PAÍS (1948 – 1949)**

**Abstract:** In the year of 1948 the Uruguayan soccer experienced a serious crisis. The newly professionalized players (1932) did not have access to the same labor rights - won mainly during the Batllist governments of the first decades of the twentieth century - that other categories of workers had. In 1946 MUTUAL Uruguaya de Futbolistas Profesionales, the first representative body of football players created in that country, was created, working in a model very similar to the trade union. In 1948, this entity organized a players' strike, paralyzing the local championships for a long period of 8 months. Players claiming - among other demands - a change in the regime of hiring, union recognition and minimum wage. The strike has had an important impact on Uruguayan society and politics since football is a prominent element in that country, as well as throughout South America. The present work seeks to analyze, through the sports pages of the newspaper El País (main newspaper of the country), the conflict between players and leaders, as well as their coverage by the press and public opinion and the consequences generated.

**Keywords:** Soccer, Uruguay, strike

---

<sup>1</sup> Mestrando em História, PPGH – UFSC, Florianópolis/Brasil.



Meu avô materno, senhor Ernesto Santini, foi caminhoneiro durante toda sua vida. Conheceu boa parte do Brasil, bem como Uruguai e Argentina para onde levava caminhão carregado de madeira e voltava com ele recheado de trigo. De bom papo, torcedor do Caxias assim como eu, sempre me dizia: “Olha meu filho, já conheci cada lugarzinho que nem capela tinha, mas é impressionante, o campinho de futebol tá lá! Sempre tá!”. Essa frase do meu avô sempre me deixa impressionado e me faz questionar: Como o futebol, algo tão presente na vida da população brasileira e latino-americana, que mobiliza uma quantidade enorme de pessoas, emoções e contradições é tão pouco analisado, estudado e pesquisado pelas ciências humanas? Por que desse tratamento do futebol como um campo secundário?

O escritor uruguaio Eduardo Galeano sintetiza bem essa relação entre futebol e as ciências humanas: “Em que o futebol se parece com Deus? Na devoção que desperta em muitos crentes e na desconfiança que desperta em muitos intelectuais.” (Galeano, 2010, p.40). Apesar de esse esporte constituir-se como um notável elemento cultural e social na grande maioria dos países ocidentais, bem como ser um importante componente da cultura popular dos países sul-americanos, a historiografia durante muitos anos negligenciou o futebol como temática relevante à pesquisa. A desconfiança - com um certo tom de arrogância – despertada em muitos intelectuais, gerou a tese de que o futebol seria o “ópio do povo”. Muito influenciada por um marxismo ortodoxo, a historiografia latino-americana, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, onde diversas ditaduras assolaram os países da região, acreditava que o futebol não passava de uma maneira de cegar a população frente aos crimes cometidos aos direitos humanos e os graves problemas sociais (Lopes, 2014, p. 139). Gostar de futebol, no meio acadêmico, era coisa de alienado.

Tal cenário vem se transformando nos estudos acadêmicos, principalmente nas Ciências Humanas. As publicações referente a temática do futebol e suas infinitas possibilidades, bem como a criação de revistas especializadas, grupos de pesquisa, eventos acadêmicos, crescem de maneira vertiginosa. Esse breve artigo tem como objetivo contribuir nessa construção de uma historiografia do futebol, buscando analisar uma greve de jogadores profissionais no futebol uruguaio. Ao estudar o movimento grevista dos jogadores profissionais de futebol que eclodiu no Uruguai no ano de 1948,



busco mostrar que reivindicações por melhores condições salariais e de trabalho são lutas antigas e presentes na trajetória de toda a classe trabalhadora. A precária situação dos profissionais do futebol não é uma novidade e os esforços por conquistas trabalhistas também não. Dar luz aos trabalhadores que no ano de 1948 desafiaram o poder econômico, as dificuldades em que eram impostas e se enxergaram como classe é o objetivo de suma importância neste trabalho.

### **Contexto Político**

Politicamente o Uruguai da década de 1940 era dividido em dois grandes e tradicionais partidos políticos que dominavam o poder local, o Partido Nacional e o Partido Colorado. Ambos os partidos tinham diferentes correntes internas que se confrontavam pela hegemonia do projeto político que seria levado adiante.

No interior do Partido Colorado de 1903 a 1910, moldado por uma imprecisa ideologia liberal, podia-se perceber a presença de três correntes ideológicas: i) a sustentada pela maioria dos dirigentes partidários no Senado e na Câmara de Representantes, tradicionalista em relação organização econômico-social do país e atenta a demanda das classes conservadoras; ii) a moderada, representada pelo presidente Cláudio Williman e sua equipe de Ministros, admitiu a necessidade de algumas reformas econômico-sociais para “manter” o sistema, ou seja, reformas para garantir a continuidade da ordem vigente e; iii) a radical, liderada por Batlle desde o Poder Executivo, buscou a substituição do “modelo” por outro de conteúdos éticos e humanitários (CABRAL, 2003, p. 6)

Uma dessas correntes, que dominou o cenário político no país durante as primeiras décadas do século XX era o *Batllismo*, corrente política do Partido Colorado em referência a figura de José Batlle y Ordóñez, presidente uruguaio durante os anos de 1903 – 1907 e 1911 – 1915. O primeiro governo de Batlle y Ordóñez impulsionou – com a clara intenção de tornar o estado um agente ativo de primeira ordem - amplamente a industrialização e a nacionalização/estatização de empresas e recursos. Buscando romper com a dependência dos ganaderos (grandes proprietários de gado), o governo buscou a diversificação da economia, criando em 1907 o *Ministerio de Industrias, Trabajo e Instrucción Pública*. A criação do ministério foi fundamental para o desenvolvimento da indústria local, destinada a atender as demandas do mercado interno e diminuir a dependência de produtos manufaturados. Os principais produtos produzidos pela jovem campanha industrial nacional eram alimentos, bebidas, móveis, tecidos e produtos do



couro (Leonor, 2007, p 110).

No plano social, o Uruguai viveu no período batllista um avanço em relação aos direitos trabalhistas. As primeiras *Leyes Laborales* foram criadas na primeira década do século XX, sendo o Uruguai primeiro país da região a garantir direitos que até hoje são conferidos aos trabalhadores como, por exemplo, a *ley de las ocho horas* (1915). Além da lei que estabelece oito horas como jornada de trabalho, outras leis de proteção e melhores condições de trabalho bem como leis sociais foram criadas no período: *Ley de Silla* (1918) que garantia e estabelecia um número mínimo de cadeiras para mulheres que trabalhavam no comércio “puedan tomar asiento siempre que sus tareas lo permitan” (Uruguai. Lei nº 6102 de 10 de Julho de 1918), bem como um amplo debate de reformas que culminaram na elaboração da nova constituição no ano de 1918, substituindo a constituição de 1830 (ano da independência política do Uruguai). Antes mesmo da aprovação da nova constituição, diversas reformas já haviam sido aprovadas, entre elas a lei que garante o direito ao divórcio (1907) por mútuo consentimento e por “sola voluntad de la mujer” (1913), além da proibição do ensino religioso nas instituições de ensino (1909) (Cabella, 2004, p.4). A constituição de 1918 consolidou essa onda reformista e aprovou propostas importantes para a modernização do país. A laicidade do estado: “Todos los cultos religiosos son libres en el Uruguay. El Estado no sostiene religión alguna.”; o voto secreto, a proibição dos militares formarem parte de grupos políticos e o sufrágio universal obrigatório para homens acima dos 18 anos.

Em 1946 realizaram-se eleições que externaram pela primeira vez uma disputa interna do setor batllista do Partido Colorado entre a chamada Lista 14 nucleada no jornal *El Día* e a Lista 15 encabeçada por Luis Batlle Berres e o veterano Tomás Berreta.

La 14 era la ortodoxia histórica, el colegialismo, la invocación casi religiosa a don Pepe, el cultivo de la austeridad que emanaba de la fuerte personalidad de César Batlle Pacheco. La 15 se mostraba más juvenil y reformista. (SANGUINETTI, 2004, p. 44).

Nas prévias do partido, a lista 15 saiu vitoriosa lançando a chapa Berreta (presidente) Batlle Berres (vice) que posteriormente ganharia a eleição. Um ano após eleito, Tomás Berreta morre vitimado de um câncer e Luis Batlle Berres assume a presidência, inaugurando um período conhecido como neobatllismo, que resgatava muito da tradição política dos governos batllistas. Já em seu discurso de posse, Batlle Berres



deixa claro o caráter conciliador, dos conflitos sociais, do seu governo.

[...] no es posible desatender el hecho de que la humanidad está viviendo una violenta revolución social y política que convulsiona a todos los pueblos. Nadie puede pretender que nos pongamos al margen de ese movimiento para abominarlo y apedrearlo; sino que, lo que la hora exige, es entrar y formar parte de esa inmensa columna para orientar el movimiento, para dirigir las fuerzas aunque para ello sea necesario acelerar la evolución. Nosotros los que fuimos formados en los últimos aleteos de la filosofía liberal del siglo pasado y dimos los primeros pasos hacia la socialización de ciertas actividades del organismo social, comprendemos que tenemos que continuar esse ritmo para encauzarlo por las vías normales. Apresurarse a ser justos, es asegurar la tranquilidad; es brindarle al ciudadano los elementos principales y básicos para que tenga la felicidad de vivir y hasta él lleguen los beneficios del progreso y de la riqueza. Apresurarse a ser justos, es luchar por el orden y es asegurar el orden. (SANGUINETTI, 2014, p.44).

No pós-guerra, o Uruguai vivia um período de prosperidade econômica e de diminuição significativa da desigualdade. Frases como “*Un país feliz*”, “*el Uruguay del optimismo*” e “*Suíza de las Américas*” eram constantemente usadas para exemplificar esse período de crescimento. Alicerçado em uma política de bem-estar social, o governo de Batlle Berres tinha como um dos principais objetivos a retomada do processo de industrialização do país.

A primeira fase do governo de Batlle Berres, momento em que ocorre a greve dos jogadores, é caracterizada pelo sucesso de sua política econômica e social. O Uruguai é tido como a “Suíça das Américas”, pela sua excepcionalidade perante aos seus vizinhos de continente. Um país que tinha uma estabilidade e taxas de desigualdade visivelmente menores. Esse ambiente certamente influenciaram os atletas, que, como veremos, repetidamente afirmavam que eram trabalhadores que não gozavam dos mesmos direitos trabalhistas e sociais que eram garantidos as outras categorias.

### **Situando a fonte: o jornal El País**

As fontes desse trabalho provêm das páginas esportivas do jornal El País, periódico de grande popularidade no Uruguai até os dias atuais. Fundado em 1918 na cidade de Montevidéu, o jornal tem forte ligação com o Partido Nacional. Seu primeiro diretor, Eduardo Rodríguez Larreta, era homem forte do Partido e foi Ministro das Relações Exteriores do Uruguai entre os anos de 1945 e 1947. Defensor do liberalismo econômico e do conservadorismo político, o periódico era a época da greve declaradamente



anticomunista e crítico da política econômica nacionalista imposta pelos governos batllistas no Uruguai.

### **A Mutual de jogadores e a greve**

Fundada no ano de 1946, *MUTUAL Uruguaya de Futbolistas Profesionales*, entidade que até hoje representa os atletas de futebol no país, foi a primeira iniciativa dos atletas se organizarem de forma sindicalizada depois da profissionalização do futebol no país no ano de 1932. Diferentemente de outras categorias de trabalhadores, os jogadores de futebol não estavam amparados pelas diversas leis trabalhistas aprovadas e consolidadas durante os governos batllistas e neobatllistas, sendo sua atividade regida por um regime de contrato próprio e amplamente favorável aos dirigentes e aos Clubes.

Alcides Ghiggia, notável ponta-direita do Peñarol, autor do segundo gol uruguaio no *Maracanazo*, como ficou conhecida a épica final do Campeonato Mundial de Futebol de 1950, afirmava que antes da fundação da *MUTUAL*, “los jugadores no tenían ninguna defensa. Dirigentes y los clubes hacían lo que querían” (Bednarik, 2014). A complexidade da relação entre jogador e clube passou a ser um tema cada vez mais presente, também no meio jurídico, como aponta Franklin Morales ao mostrar a opinião de dois juristas da época:

el doctor Héctor Hugo Barbagelata decía después de concluir que se estaba frente a un contrato de trabajo; "el club, gracias al derecho al pase, dispone de un 'derecho al jugador' de carácter estrictamente feudal". Hay quien interpreta, como el doctor Héctor Odriozola, que el jugador es un artista y debe estar sometido a un régimen legal especial: "El contrato de trabajo deportivo presenta modalidades que justificarían una legislación especial y aun encarecen la necesidad de la misma. La discontinuidad del trabajo, su realización dominical y nocturna, el sistema de adiestramiento, concentraciones y viajes, el régimen de transferencias, las penalidades aplicables por la propia asociación y por órganos federativos son, entre otros, aspectos peculiares que la ley debe regular de un modo específico” (MORALES, 1969, p. 52)

Ter acesso aos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores reconhecidos – o futebolista ser tratado como um trabalhador – era uma das principais reivindicações da *MUTUAL*, acentuando a insatisfação com o regime contratual até então vigente. Os dirigentes alegavam que o contrato diferenciado era legítimo, já que os clubes eram – segundo eles – entidades sem fins lucrativos (o que entra em contradição com a venda de ingressos, turnês pela Europa e América do Sul, premiações, etc.). Entretanto, o jogador



era o único funcionário do clube desamparado pelas leis trabalhistas, diferentemente de outros trabalhadores que desempenhavam outras funções como por exemplo a limpeza ou a jardinagem, que eram assegurados pelas leis laborais vigentes com vencimentos mínimos estabelecido por Consejos de Salarios. Com um texto intitulado “El Futboleres un Obrero”, a MUTUAL buscou tornar pública e explicar a sua “missão gremial”.

Esta es la base de la que deben arrancar los Sres. Dirigentes de los Clubes y Asociación U. de Fútbol, para tratar nuestro Proyecto. No obstante entender esto, nuestros dirigentes en el mismo, la serie de ventajas de que goza cualquier empleado u operario, como ser: Asignaciones Familiares, Seguro contra Accidentes etc, etc, no se incluyeron, para que se nos dijera que pedíamos lo imposible. Los Sres. Dirigentes de los Clubes aducen a ese respecto, que sus instituciones no fueron creadas con espíritu lucrativo y que el contrato del jugador, es un contrato “sui-géneris” o especial y que el mismo no puede ser aceptado como una contratación de servicios de cualquier outro profesional, sin embargo la Ley del Consejo de Salarios, fijó por otro lado y fue aceptado por ellos, el laudo correspondiente a los demás empleados de administración y oficina, que debe tener cada Club y que se remuneran los servicios del jugador del fútbol, es decir que, cada uno en su tarea, desempeña para la institución, el cargo que tiene asignado. (El País, p. 9, Montevideú, 15/10/1948.)

A MUTUAL era mantida por um fundo criado pelos próprios jogadores e sobrevivia de contribuições de seus associados. Não encontrei nas fontes e na escassa bibliografia existente sobre a entidade, números como a quantidade de sócios e valores pagos, porém mais de 500 atletas estavam presentes na Assembleia Geral que deliberou a greve. Um número muito elevado, tendo em vista que o Campeonato Uruguaio da primeira divisão em 1948 era formado por dez clubes apenas, o que sugere uma grande mobilização e representatividade. Jogadores dos principais clubes, que tinham salários mais elevados, bem como ex-jogadores, podiam ser sócios em uma categoria denominada Socios Protectores, onde doavam quantias “espontâneas”. Entretanto, a ampla maioria dos atletas ganhava salários baixos e tinham que complementar a renda com outras atividades além do futebol. Com isso, uma lesão – algo corriqueiro para um atleta profissional – poderia significar um grande prejuízo nas finanças do futebolista.

Nesse sentido, a MUTUAL tinha uma comissão responsável por ajudar financeiramente aos jogadores lesionados (associados ou não), até a sua recuperação. Além disso, estava no horizonte da entidade a criação de um “Regimento Interno de Seguros por Acidentes”, cujo o alcance podia ser estendido até mesmo para os familiares.

De las escasas posibilidades de las arcas de la M.U.F.P, ha sido muy amplia en



## Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

*Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América*

todo sentido, ya que aparte de la ayuda monetaria, en forma de subsidio, prestada a afiliados o no, se há tratado se trata y se tratará en el futuro, no sólo de aliviar su situación económica, sino, y esto es lo más importante, de llevar siempre la voz de aliento de nuestra entidad a futbolistas que por diversas y desgraciadas lesiones, se han visto alejados de los fields, por cuenta de la práctica del fútbol. (El País, Montevideú p. 10. 13/10/1948).

Os jogadores profissionais estavam cada vez mais conscientes de que somente com luta poderiam conquistar direitos trabalhistas necessários para a categoria. Podemos dizer que com a profissionalização surge uma nova classe de trabalhadores. Como aponta E.P. Thompson:

A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 2011, p.10).

Com essa classe cada vez mais organizada, a possibilidade da greve como forma de luta estava cada vez mais próxima de acontecer. Era noite do dia 14 de outubro de 1948 quando, pontualmente às 20h, mais de quinhentos atletas profissionais de futebol filiados a MUTUAL se reuniram no prédio da Asociación Española localizado na rua Paraguay, centro da cidade de Montevideú, para uma assembleia extraordinária. A pontualidade era justificada pela importância do encontro que seria realizado. Após dois frustrados anos de tentativas de negociações, com os dirigentes dos clubes e da Asociación Uruguaya de Fútbol, a possibilidade de paralização das atividades futebolísticas era real e iminente. Os jogadores presentes, acostumados a se digladiarem pela pelota branca dentro das quatro linhas estavam ali reunidos para discutir e construir seus interesses comuns.

No dia seguinte, nas bancas de jornal, um dos principais periódicos do Uruguai, o jornal El País trazia em sua capa o título: “En vibrante asamblea quinientos jugadores decretaron a noche la huelga en el fútbol”. Abaixo, é estampada uma foto da assembleia lotada. A capa de um jornal apresentava todos os seus esforços e recursos para a propaganda da mercadoria, para a atração do público (Capelato, 1994, p. 18). O fato de paralisação do futebol ser noticiado na capa foi significativo da importância atribuída. Os jogadores de futebol tinham em suas mãos um elemento diferente de outros trabalhadores quando se organizam em greves. A opinião publica. Diferentemente de quando, por exemplo, professores entram em greve, e a opinião publica, afetada com a falta do serviço





constantemente vai contra as reivindicações da classe, os jogadores de futebol possuíam um prestígio, pois são os representantes da “paixão” de muitos uruguaios que acompanham o futebol.

O regime de contrato obsoleto e a falta de reconhecimentos trabalhistas eram as principais reclamações dos jogadores paralisados. Buscavam reconhecimento sindical, salário mínimo, seguro contra acidentes, melhores condições de campo e vestiário e a mudança no regime de contratações. Essa situação afetava todos os jogadores, porém é evidente que os jogadores com salários menores e de times de menor expressão estavam mais vulneráveis. Um elemento dessa greve foi o apoio massivo de jogadores consagrados e com grande apelo popular o que de fato foi fundamental para que a greve fosse concretizada. O que levou um jogador consagrado como García, grande atacante do Nacional ou mesmo o capitão da seleção, o lendário volante Obdulio Varela, a concordar e participar de um movimento grevista já que ocupa um lugar privilegiado em sua profissão? Tal questionamento seguramente merece uma maior atenção para trabalhos futuros.

A reação dos dirigentes a declaração de greve por parte dos jogadores foi rápida. Um dia depois, os delegados dos dez clubes da primeira divisão se reuniram para discutir sobre a situação do futebol local na sede da AUF, com a presença do presidente da entidade, César Batlle Pacheco, filho de José Batlle y Ordóñez, membro do Partido Colorado e rival político de seu primo e Presidente da República, Luis Batlle Berres. O primeiro dirigente que se pronunciou foi o delegado do Club Nacional, Francisco del Campo. Mostrou uma posição mais aberta ao diálogo com a MUTUAL e de fato deu a entender que julga justas algumas das reivindicações.

Dijo que reconoce que en buena parte de las aspiraciones presentadas por los players, les asistía razón a éstos, pero no era posible bajo la presión de la declaración de huelga, entrar directamente a tratar el problema con la entidad gremial. Por eso es partidario de suspender la fecha, para tratar de encontrar soluciones en un clima de perfecta calma [...] Cree, repite, que la suspensión de la fecha favorecería soluciones. Claro está que sin perder un ápice sus condiciones de dirigentes, que tienen la responsabilidad de la marcha normal del fútbol. (El País.Montevideú. 15/10/1948. p. 9)

O Peñarol, clube mais popular do país, foi o clube que assumiu a postura mais conservadora e enérgica contra os jogadores. Através de seu delegado Julio Canassa o clube foi contrário a qualquer tentativa de negociação com os jogadores grevistas, bem como defendeu que a rodada deveria ser mantida. Com um tom autoritário, Canassa



defendia que “Se es dirigente o se es dirigido”, acreditando que os jogadores não podem ser sujeitos ativos no processo de construção de um novo regime de contrato ou de qualquer outra atribuição no meio futebolístico que não seja a de jogar futebol. Essa posição ficou consagrada por alguns autores que citam a greve como a posição de todos os delegados o que – apesar de ser uma postura de boa parte dos dirigentes – não é verdade. A fala do delegado do Club Atlético Cerro é um indicativo disso.

Las glorias del fútbol uruguayo las escribieron los players en las canchas. No se cubrió de gloria – dice – nuestro deporte popular porque el Dr. De Gregorio sea vicepresidente de la Junta. Es necesario ir a una reforma integral del régimen vigente porque los cimientos del edificio futbolístico se resquebrajan. Dijo luego que las reiteradas notas que la Mutual había enviado a la Junta no habían tenido andamio y la despreocupación de ésta por el problema había traído esta situación (El País.Montevideú. 15/10/1948. p. 9).

O jornal El País, na figura de Davy – Dionísio Alejandro Vera – um dos primeiros colunistas esportivos opinativos do Uruguai (Morales, 1968, p. 669), criticou duramente a postura da classe dirigente, principalmente a posição do Peñarol, que segundo ele só aprofundou a crise e em nada contribuía para o fim do conflito. Como aponta Andrés Morales, o time carbonero desde 1914 tinha tido apenas presidentes filiados ao Partido Colorado e seu presidente durante a greve, Constante Turturiello, era um importante membro da lista 15, comandada pelo presidente da república Luis Batlle Berres. O jornal El País, historicamente ligado ao Partido Nacional, teria motivos para atacar os dirigentes do clube, colocando-se ao lado dos atletas.

O governo de Batlle Berres recebeu com preocupação a greve dos atletas profissionais. O Ministério de Industria y Trabajo, na figura de seu chefe, o membro do Partido Colorado Alberto Fermín Zubiría tratou de rapidamente enviar o subsecretário do ministério para iniciar a mediação das negociações entre MUTUAL e Junta Directiva para a criação de um Conselho Paritário (governo como mediador, atletas e dirigentes). A intervenção do ministério era uma reinvidicação constante dos jogadores e um dos primeiros efeitos da declaração de greve. A preocupação do Executivo não se limitou ao estratégico Ministério do Trabalho, o próprio Presidente Luis Batlle Berres se ofereceu como mediador do conflito, como uma forma de demonstrar força de seu ainda inicial governo além de a possibilidade de confrontação com seu primo, adversário político e Presidente da AUF César Batlle Pacheco.

No dia 23 de outubro, Batlle Berres se reuniu com uma delegação de



representantes da MUTUAL, entre eles o presidente da entidade Enrique Castro, o goleiro da seleção e do Peñarol Roque Máspoli, bem como Schiaffino e Obdúlio Varela. Estava presente também um “destacado dirigente del fútbol” cujo o nome não é revelado pela reportagem publicada no El País. Seguindo a orientação do seu plano de governo, Batlle Berres adotou uma tática de conciliação, com um discurso breve e ponderado, reconhecendo a legitimidade dos reclamos dos atletas, porém pedindo-lhes que repensem a necessidade da greve. Defendeu também a criação, o quanto antes, do Conselho Paritário para o estudo e negociação da proposta elaborada pelos jogadores, além de comentar o regime de contratos.

El deseo del Presidente es que delegados de las tres partes se reúnen, estudian los puntos capitales del memorándum – los más necesarios para el jugador – se aprueban y de inmediato se levanta la huelga, llamándose al efecto a asamblea. Mientras sigue el Campeonato, prosigue el estudio del asunto y dentro del determinado plazo se termine el estudio del documento de la Mutual. [...] Presidente expresó en forma categórica que él creía que el jugador con contrato tenía que cumplir con sus compromisos, pero que el jugador que no tenía contrato tenía que quedar libre sin más trámites. (El País. Montevideú. 24/10/1948. p. 8).

O fim da greve significou uma vitória para os jogadores. Garantindo uma série de direitos para uma categoria de trabalhadores que estavam quase totalmente desamparados pelas leis trabalhistas vigentes no Uruguai. O governo de Luis Batlle Berres, que tinha na política de bem-estar social um dos seus pilares, certamente ficou preocupado com uma longa greve de jogadores de futebol, pois o esporte é um elemento identitário e social importante no país. Além da população ficar sem futebol durante sete meses, ela percebeu que boa parte de seus ídolos estão em situação precária de trabalho e apoiou a causa dos atletas. A classe dirigente se viu obrigada a negociar e teve prejuízos significativos durante a greve que representou um aprofundamento do profissionalismo do futebol uruguaio, principalmente por inaugurar um regime de contratações onde o jogador se transformou em um sujeito ativo no processo de contratação. Futebol esse que em 1950 (um ano após a greve) conquistou o seu mais emblemático campeonato, a Copa do Mundo diante de um Maracanã lotado.

## Referências

CABELLA, Wanda. **La evolución del divorcio en Uruguay (1950 - 1995)**. Montevideo.



## Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

*Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América*

Programa de Población de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la Republica. 2004.

CABRAL, José Pedro Cabrera. **O pensamento de José Batlle y Ordóñez no Uruguai do Novecentos**: componentes de sua ideologia. In: PAULA, Dilma Andrade de (org);

MENDOÇA, Sonia Regina (org). Sociedade Civil: ensaios históricos Jundiaí. Paco Editorial. 2012.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo. Ed Contexto. 1994.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: 2010.

LOPES, Felipe. **Futebol e Poder**: reflexões sobre a tese do “ópio do povo”. Revista Espaço Ética. São Paulo, ano I, nº 2 Maio de 2014.

MORALES, Franklin. **Fútbol y Literatura**. Montevideú. Capítulos Orientales nº42.[s/d].

MORALES, Franklin. **Literatura y Fútbol**. Montevideú. Centro Editor de América Latina. Capitulo Oriental 42, s/d